

SUMÁRIO

Prefácio à Primeira Edição – Régis Fernandes de Oliveira	5
Nota à Segunda Edição	7
Apresentação à Primeira Edição – José Maurício Conti	9
Abreviaturas	25

Lei 4.320, de 17 de março de 1964

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

ELCID FIORI HENRIQUES (ARTS. 1.º A 8.º)

Art. 1.º	29
1.1 As normas gerais de direito financeiro	29

TÍTULO I

Da Lei do Orçamento

Capítulo I

Disposições gerais

Art. 2.º	32
2.1 Conteúdo e função da Lei de Orçamento	33
2.2 Princípios orçamentários	33
2.2.1 Princípio da unidade	34
2.2.2 Princípio da universalidade	34
2.2.3 Princípio da anualidade	34
2.3 Composição da Lei de Orçamento	34
2.4 Quadros demonstrativos da Lei de Orçamento	35
2.5 Novas exigências para a Lei Orçamentária	35
2.5.1 O demonstrativo de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais da LDO e o demonstrativo de reserva de contingência.	35
2.5.2 O demonstrativo regionalizado do efeito, sobre despesas e despesas, de benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia	36
Art. 3.º	38
3.1 O princípio da universalidade	39
3.2 Operações de crédito e seus limites	40
3.3 Vedações a operações de crédito	41



Art. 4.º	43
4.1	43
Art. 5.º	44
5.1	44
Art. 6.º	45
6.1	45
6.2	45
Art. 7.º	46
7.1	46
7.2	47
7.3	47
Art. 8.º	48
8.1	48

Capítulo II

Da receita

FLAVIO RUBINSTEIN (ARTS. 9.º A 11)

Art. 9.º	50
9.1	50
9.2	50
9.3	52
9.4	54
9.5	55
9.6	58
Art. 10 (Vetado)	59
Art. 11	59
11.1	60
11.2	64
11.3	67
11.4	69
11.5	69

Capítulo III

Da despesa

KLEBER LUIZ ZANCHIM (ARTS. 12 A 21)

Art. 12	70
12.1	71
12.2	74

12.3 Investimentos, inversões financeiras e transferências de capital	75
Art. 13	76
13.1 Categorias econômicas de despesa – Decomposição	77
13.2 Despesas de custeio	78
13.3 Transferências correntes	79
13.4 Investimentos	80
13.5 Inversões financeiras	81
13.6 Transferências de capital	82
Art. 14	83
14.1 A unidade orçamentária	83
Art. 15	84
15.1 Elementos de despesa	84

Seção I

Das despesas correntes

Subseção Única

Das transferências correntes

I) Das subvenções sociais	85
Art. 16	85
16.1 Requisitos para subvenções sociais	85
16.2 Valor das subvenções	86
Art. 17	86
17.1 Condições do beneficiário de subvenções	86
II) Das subvenções econômicas	87
Art. 18	87
18.1 Destino das subvenções econômicas	87
Art. 19	88
19.1 Ajuda financeira	88

Seção II

Das despesas de capital

Subseção I

Dos investimentos

Art. 20	89
20.1 Discriminação da despesa	89

Subseção II

Das transferências de capital

Art. 21	91
21.1 Extensão da restrição à transferência de capital	91

TÍTULO II

Da proposta orçamentária

Capítulo I

Conteúdo e forma da proposta orçamentária

JOSÉ MAURICIO CONTI (ARTS. 22 A 33)

Art. 22	92
22.1 Forma e conteúdo da proposta orçamentária	93
22.1.1 A mensagem do Chefe do Poder Executivo.....	93
22.1.2 O projeto de lei de orçamento – Os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas	95
22.1.3 As tabelas explicativas e as estimativas de receitas e despesas	96
22.1.4 Os programas de trabalho	97
22.1.5 Outros itens	97
22.2 Iniciativa legislativa da proposta orçamentária	98

Capítulo II

Da elaboração da proposta orçamentária

Seção I

Das previsões plurianuais

Art. 23	98
23.1 Principais conceitos	99
23.2 O plano plurianual (PPA) e os anexos de metas e riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	99
Art. 24	100
24.1 Principais conceitos	100
24.2 O Plano Plurianual e os anexos de metas e riscos fiscais da LDO.....	101
24.3 Conteúdo e elaboração do Plano Plurianual.....	102
Art. 25	102
25.1 Os programas de trabalho	102
25.2 Metas.....	104
Art. 26	105
26.1 Principais conceitos	105

Seção II

Das previsões anuais

Art. 27	106
27.1 A fase administrativa de elaboração da proposta orçamentária.....	106
27.2 As propostas parciais.....	111
Art. 28	112
28.1 Unidades administrativas e unidades orçamentárias.....	112
28.2 Os sistemas informatizados de elaboração das propostas orçamentárias.....	113
Art. 29	115
29.1 Principais conceitos	115
29.2 Previsões e demonstrativos da receita arrecadada	116
Art. 30	118
30.1 Estimativa da receita para a proposta orçamentária.....	118
Art. 31	120
31.1 Revisão e coordenação das propostas	120

TÍTULO III

Da elaboração da lei de orçamento

Art. 32	121
32.1 Prazos	121
32.2 “Anomia” orçamentária	122
32.2.1 Não encaminhamento do projeto pelo Chefe do Executivo	122
32.2.2 Não devolução pelo Poder Legislativo ou não sanção tempestiva pelo Chefe do Poder Executivo	122
32.2.3 Rejeição do projeto de lei	124
32.3 Crimes e infrações.....	124
Art. 33	124
33.1 A fase legislativa e as emendas parlamentares	125

TÍTULO IV

Do exercício financeiro

JOSE AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO (ARTS. 34 A 39)

Art. 34	126
34.1 Exercício financeiro	127
Art. 35	129
35.1 Regime da gestão financeira	129
Art. 36	132
36.1 Restos a pagar	132
Art. 37	136
37.1 Despesas de exercício encerrado ou findo	136
Art. 38	138
38.1 Anulação de despesas	138



Art. 39	139
39.1 Créditos da Fazenda Pública e dívida ativa.....	140

TÍTULO V

Dos créditos adicionais

ROGERIO SANDOLI DE OLIVEIRA (ARTS. 40 A 46)

Art. 40	143
40.1 Conceito de créditos adicionais.....	143
40.2 Créditos adicionais e a eficiência do planejamento governamental ..	145
40.3 Créditos adicionais e remanejamento, transposição e transferência.....	145
40.4 Referências legais.....	147
Art. 41	147
41.1 Espécie de créditos adicionais.....	148
41.2 Créditos adicionais suplementares.....	148
41.3 Créditos adicionais especiais.....	148
41.4 Créditos adicionais extraordinários	148
Art. 42	150
42.1 A competência legislativa.....	150
42.2 Margem de remanejamento.....	152
Art. 43	154
43.1 Existência de recursos e necessidade de prévia justificativa ..	155
43.2 Recursos	155
43.3 Superávit financeiro	156
43.3.1 Ativo financeiro	156
43.3.2 Passivo financeiro	157
43.4 Excesso de arrecadação.....	159
43.5 Anulação de despesas	159
43.6 Operações de crédito	159
43.7 Reserva de contingência.....	161
43.8 Recursos sem despesas correspondentes, em virtude de veto, emenda ou rejeição da proposta orçamentária.....	163
Art. 44	168
44.1 Créditos extraordinários – Abertura por decreto	168
44.2 Abertura de créditos adicionais extraordinários por medida provisória	169
Art. 45	171
45.1 Vigência dos créditos adicionais	172
45.2 Créditos adicionais especiais e extraordinários com vigência plurianual	172
Art. 46	172
46.1 Requisitos formais do ato de abertura do crédito adicional	173

TÍTULO VI

Da execução do orçamento

Capítulo I

Da programação da despesa

ALEXSANDRA KATIA DALLAVERDE (ARTS. 47 A 50)

Art. 47	175
47.1 A programação das despesas públicas	175
47.2 Evolução conceitual da programação da despesa	177
47.3 Aspectos temporais da programação da despesa	179
47.4 A programação da despesa e a autonomia dos Poderes	180
Art. 48	181
48.1 Fixação das cotas: objetivos	182
48.2 Conteúdo da programação financeira	182
Art. 49	183
49.1 Os créditos adicionais e as despesas extraorçamentárias	183
Art. 50	185
50.1 A flexibilidade orçamentária e a alteração das cotas	185

Capítulo II DA RECEITA

EURÍPEDES GOMES FAIM FILHO (ARTS. 51 A 57)

Art. 51	187
51.1 Tributo	187
51.2 Princípio da legalidade tributária	190
51.2.1 Legalidade	190
51.2.2 Tipicidade	190
51.2.3 Reserva da lei	191
51.2.4 Exceções à reserva absoluta da lei	192
51.2.5 A medida provisória e a reserva da lei	193
51.3 Princípio da anualidade ou da prévia autorização orçamentária	193
Art. 52	195
52.1 Impostos diretos	195
52.1.1 Impostos	195
52.1.1.1 Impostos diretos e indiretos	196
52.2 Outras rendas	196
Art. 53	196
53.1 O lançamento	196
53.1.1 O lançamento como procedimento e seu objetivo	196
53.1.2 Lançamento e os graus sucessivos de eficácia da obrigação tributária	197
Art. 54	198
54.1 A expressão “compensação da observação”	198
54.2 A compensação contra a Fazenda Pública	199
Art. 55	200

55.1	Recibos de arrecadação	200
Art. 56	201
56.1	Princípio da unidade de tesouraria.....	201
Art. 57	202
57.1	Receita orçamentária.....	202
57.2	Escrituração da receita orçamentária	202

Capítulo III

Da despesa

SERGIO ASSONI FILHO (ARTS. 58 A 70)

Art. 58	203
58.1	Despesa pública e legalidade	203
58.2	Empenho da despesa pública	204
Art. 59	205
59.1	Limitação de empenho	205
59.2	Vedações de empenho aos agentes públicos	206
Art. 60	208
60.1	Empenho e controle orçamentário	209
60.2	Empenho e realização de despesa	209
Art. 61	210
61.1	Nota de empenho e autorização restrita da despesa pública	210
61.2	Elementos da nota de empenho.....	211
Art. 62	211
62.1	As fases da despesa pública	212
62.2	Prévia liquidação e garantia de adimplemento	212
Art. 63	212
63.1	Liquidação da despesa pública e implemto de condição	213
63.2	Liquidação da despesa pública e direito do credor	213
Art. 64	214
64.1	Ordem de pagamento da despesa pública	214
64.2	Emissão da ordem de pagamento e contabilidade pública.....	215
Art. 65	215
65.1	Pagamento da despesa pública	215
65.2	Pagamento e extinção da obrigação	216
Art. 66	216
66.1	Centralização administrativa do empenho	216
66.2	Remanejamento orçamentario das despesas de pessoal.....	217
Art. 67	217
67.1	Precatório e pagamento da despesa pública	217
67.2	Precatório e responsabilidade fiscal	221
Art. 68	222

68.1	Adiantamento e realização da despesa pública	222
68.2	Adiantamento e excepcionalidade da despesa pública	223
Art 69	224
69.1	Adiantamento e agente público	224
69.2	Impedimentos ao adiantamento	224
Art 70	225
70.1	Despesa pública e princípio da licitação	225
70.2	Despesa pública e responsabilidade fiscal	227

TÍTULO VII

Dos fundos especiais

CLEUCIO SANTOS NUNES (ARTS. 71 A 74)

Art. 71	229
71.1	Origens	229
71.2	Conceito	234
71.3	Classificação	236
71.3.1	Fundos especiais (típicos)	237
71.3.1.1	Fundos especiais contábeis e financeiros.....	239
71.3.2	Fundos atípicos	240
71.3.3	Ponderações à prática de criação de fundos	242
Art 72	243
72.1	Previsão das receitas dos fundos especiais no orçamento	243
72.2	Contingenciamento das receitas dos Fundos Públicos.	245
Art. 73	247
73.1	Da transferência de eventual saldo positivo ao fundo na passagem do exercício financeiro.	247
Art. 74	248
74.1	Controle de gestão dos fundos	248

TÍTULO VIII

Do controle da execução orçamentária

Capítulo I

Disposições gerais

RÓDRIGO OLIVEIRA DE FARIA (ARTS. 75 A 82)

Art. 75	249
75.1	Panorama geral da teleologia constitucional do controle da Lei de Orçamento ..	249
75.2	A execução orçamentária e seu controle.. .. .	254
75.3	Controle e fiscalização orçamentária.....	256
75.3.1	Amplitude do controle.....	256
75.3.2	Destinatários do comando	257
75.3.3	Conteúdo do controle e princípios incidentes	258
75.3.4	Fidelidade funcional e cumprimento do programa de trabalho	261

Capítulo II

Do controle interno

Art. 76	262
76.1 O Poder Executivo e os tipos de controle	263
Art. 77	263
77.1 Classificação dos tipos de controle.....	263
77.2 Controle prévio pelo controle interno.....	264
77.3 Controle prévio pelos Tribunais de Contas	264
Art. 78	266
78.1 Princípio da prestação de contas	266
78.2 Prestação e tomada de contas	267
78.3 Tomada de contas especial	268
78.4 “Ordenador de despesas”, “administradores e demais responsáveis” e “responsável pela gestão fiscal”	269
Art. 79	272
79.1 Órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária.....	272
79.2 Controle estabelecido no inciso III do art. 75	273
Art. 80	273
80.1 Cotas orçamentárias e financeiras.....	273

Capítulo III

Do controle externo

Art. 81	275
81.1 Competências do Legislativo e das Cortes de Contas em matéria de controle externo.....	275
Art. 82	276
82.1 Categorias das contas públicas.....	277
82.2 Imprescindibilidade do parecer prévio das Cortes de Contas	279
82.3 Parecer prévio e o art. 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal	279
82.4 Omissão no dever de prestar contas	280

TÍTULO IX

Da contabilidade

Capítulo I

Disposições gerais

ÉMERSON CÉSAR DA SILVA GOMES (ARTS. 83 A 100)

Art. 83	282
83.1 Conceito de contabilidade.....	282
83.1.1 A informação contábil e os usuários da contabilidade.....	283
83.1.2 Contabilidade pública	284

83.1.3	Diferenças entre a contabilidade pública e a contabilidade empresarial	286
83.1.3.1	Diferentes objetivos	286
83.1.3.2	E o orçamento quem governa e não o mercado.....	287
83.1.3.3	Despesas podem determinar as receitas.....	287
83.1.3.4	O orçamento é o documento financeiro mais importante..	287
83.1.3.5	As demonstrações devem conter informações sobre a execução orçamentária.....	288
83.1.3.6	Necessidade de assegurar equidade intertemporal.....	288
83.1.3.7	Receita não é indicativo da demanda por bens e serviços..	288
83.1.3.8	Não há vínculo direto entre receitas e despesas.....	289
83.1.3.9	Bens de capital que podem não produzir receitas ou reduzir custos.....	289
83.1.3.10	Recursos podem ser vinculados.....	289
83.1.3.11	Não há participação acionária.....	290
83.1.4	Direito Contábil – O direito se interessa pela contabilidade....	290
83.1.5	História da Contabilidade Pública e do Direito Contábil no Brasil.....	291
83.1.6	Direito Contábil no Brasil	295
83.1.6.1	Primeira questão: autonomia científica e didática do Direito Contábil	296
83.1.6.2	Segunda questão: objeto do Direito Contábil	296
83.1.6.3	Terceira questão: competência legislativa	297
83.1.6.4	Quarta questão: sanções contábeis	298
83.1.6.5	Premissas adotadas	298
83.2	Situação do agente contábil.....	298
83.2.1	Situação do agente contábil no âmbito federal.....	299
Art. 84	301
84.1	A contabilidade pública e o julgamento das contas	301
84.2	Limitações da contabilidade pública como auxílio à apreciação das contas.....	304
Art. 85	305
85.1	Funções da Contabilidade Pública	306
85.1.1	Acompanhamento da execução orçamentária	306
85.1.2	Conhecimento da composição patrimonial	307
85.1.3	Determinação dos custos de serviços industriais	307
85.1.4	Levantamento dos balanços gerais.....	308
85.1.5	Análise e interpretação dos resultados econômicos e financeiros... ..	309
Art. 86	311
86.1	Contabilidade sintética e método das partidas dobradas	311
86.2	Técnica do evento contábil	312
Art. 87	314
Art. 88	316
Art. 89	316
89.1	Os sistemas de contas da contabilidade pública	317
89.1.1	Sistema orçamentário	318
89.1.2	Sistema financeiro.....	318

89.1.3	Sistema patrimonial	319
89.1.4	Sistema compensado	319
89.1.5	Exemplos de fatos contábeis e os sistemas de contas afetados... .. .	319

Capítulo II

Da contabilidade orçamentária e financeira

Art. 90	320
90.1 A contabilidade e a transparência das despesas públicas	320
Art. 91	322
91.1 Registro da receita e da despesa	322
Art. 92	327
92.1 Conceito de dívida flutuante	327
92.2 Restos a pagar..... .. .	328
92.3 Serviços da dívida a pagar	329
92.4 Depósitos..... .. .	329
92.5 Débitos de tesouraria	330
Art. 93	331
93.1 Registro das operações financeiras extraorçamentárias	331

Capítulo III

Da contabilidade patrimonial e industrial

Art. 94	333
94.1 A contabilidade patrimonial.	334
94.2 Registros analíticos dos bens permanentes.. .. .	335
Art. 95	335
Art. 96	337
96.1 Inventário dos bens..... .. .	338
Art. 97	339
97.1 Registro das receitas patrimoniais.	339
Art. 98	341
98.1 Dívida fundada..... .. .	341
Art. 99	342
99.1 A contabilidade industrial na Administração Pública	342
Art. 100	344
100.1 Variações do patrimônio líquido e conta patrimonial..... .. .	344

Capítulo IV

Dos balanços

JOSÉ ALEXANDRE MAGRINI FIGATTO (ARTS. 101 A 106)

Art. 101	347
----------------	-----

101.1 Os demonstrativos dos resultados gerais do exercício	347
101.2 As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público	350
Art. 102	350
102.1 O balanço orçamentário	350
Art. 103	353
103.1 O balanço financeiro	354
Art. 104	355
104.1 A demonstração das variações patrimoniais	355
104.1.1 Variações patrimoniais aumentativas	356
104.1.2 Variações patrimoniais diminutivas	356
104.1.3 Variações patrimoniais qualitativas	356
104.1.4 Resultado patrimonial	357
Art. 105	357
105.1 O balanço patrimonial	358
105.1.1 Ativo circulante	360
105.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa	360
105.1.1.2 Créditos realizáveis de curto prazo	360
105.1.1.3 Demais créditos e valores de curto prazo	361
105.1.1.4 Investimentos temporários	361
105.1.1.5 Estoques	361
105.1.1.6 Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	361
105.1.2 Passivo circulante	361
105.1.3 Ativo não circulante	362
105.1.3.1 Ativo realizável a longo prazo	363
105.1.3.2 Investimento	363
105.1.3.3 Imobilizado	363
105.1.3.4 Intangível	363
105.1.4 Passivo não circulante	363
105.1.5 Patrimônio líquido/saldo patrimonial	365
105.1.6 Contas de compensação	365
105.2 A demonstração do superávit/déficit financeiro	365
105.3 A demonstração dos fluxos de caixa	366
105.4 A demonstração das mutações no patrimônio líquido	367
105.5 A demonstração do resultado econômico	368
Art. 106	369
106.1 A avaliação do patrimônio público	369
106.1.1 Disponibilidades	369
106.1.2 Créditos e obrigações	370
106.1.3 Estoques	370
106.1.4 Investimentos	370
106.1.5 Imobilizado	370
106.1.6 Intangível	371

TÍTULO X

Das autarquias e outras entidades

ÉMERSON CÉSAR DA SILVA GOMES (ARTS. 107 A 115)

Art. 107	371
107.1 A administração pública indireta.....	371
107.2 Dispositivo recepcionado parcialmente pela Constituição Federal de 1988..	373
107.3 A situação das empresas estatais dependentes.....	374
107.4 A situação dos Conselhos de Fiscalização Profissional.....	375
Art. 108	377
108.1 Inter-relacionamento entre os orçamentos das estatais e o orçamento-geral da União	377
Art. 109	378
109.1 Publicação dos orçamentos e balanços.....	379
Art. 110	379
110.1 Normas e padrões para elaboração dos orçamentos e balanços	379

TÍTULO XI

Disposições finais

Art. 111	380
111.1 Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) do Ministério da Fazenda ..	380
111.2 Consolidação das contas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios	380
Art. 112	382
112.1 Remessa das contas para consolidação	383
Art. 113	383
113.1 Função consultiva da Secretaria do Tesouro Nacional.	384
Art. 114	384
114.1 Termo inicial de vigência da lei.....	384
Art. 115	384
Bibliografia	385
Índice alfabético-remissivo	395